

OPINIÃO

SOCIALISTA

MEIO AMBIENTE

ENFRENTAR O CONGRESSO NACIONAL E O GOVERNO,

DERROTAR O PL DA DEVASTAÇÃO

Páginas 29 a 38 | [Clique aqui](#)

GENOCÍDIO EM GAZA

LULA, ROMPA IMEDIATAMENTE TODAS AS RELAÇÕES COM O ESTADO GENOCIDA DE ISRAEL

Páginas 39 a 48 | [Clique aqui](#)

NACIONAL

GOVERNO LULA ANUNCIA MAIOR CORTE DE VERBAS DA GESTÃO: R\$ 31,3 BI PARA OS BILIONÁRIOS

Páginas 21 a 28 | [Clique aqui](#)

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTAS

Bandos armados ameaçam movimentos sociais;

Senado ataca povos indígenas.

Pág. 6 a 10

Editorial

ENTRE O REAL E A FANTASIA

Pág. 11 a 15

Nacional

DESPEJOS: QUANDO O SOLO
URBANO É TRANSFORMADO
EM MERCADORIA

Pág. 16 a 20

Entrevista

‘DIA 11 VAMOS REALIZAR UMA
FORTE MOBILIZAÇÃO CONTRA
OS DESPEJOS EM SÃO PAULO’

Pág. 21 a 28

Nacional

GOVERNO LULA ANUNCIA SEU
MAIOR CORTE DE VERBAS PARA
CUMPRIR O ARCABOUÇO FISCAL

Pág. 29 a 38

Centrais

SÓ A LUTA E MOBILIZAÇÃO
INDEPENDENTE PODE DERROTAR
O “PL DA DEVASTAÇÃO”

Pág. 39 a 48

Internacional

OUVIR OS PALESTINOS E EXIGIR
QUE LULA ROMPA RELAÇÕES
COM ISRAEL

Pág. 49 a 53

Movimento

METALÚRGICOS OCUPAM
FÁBRICA DA AVIBRAS EM JACAREÍ

Pág. 54 a 57

Nacional

GREVE DOS PROFESSORES DE
SALVADOR COMPLETA 30 DIAS

Pág. 58 a 62

Opressões

RESGATAR STONEWALL:
INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E
LUTA UNIFICADA CONTRA
OPRESSÃO

Pág. 63 a 67

Juventude

LULA PRECARIZA UNIVERSIDADES
E INSTITUTOS FEDERAIS

Pág. 68 a 71

Partido

29 ANOS DE UMA IMPRENSA
OPERÁRIA, DE ESQUERDA,
SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA!

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinio@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

O OVO DA SERPENTE

Bandos armados ameaçam movimentos sociais



“Comando C4”: grupo de extermínio que agia no Mato Grosso | Foto: Divulgação

A impunidade aos envolvidos nos ataques golpistas de janeiro de 2022 segue alimentando a violência da extrema direita, como mostram dois casos recentes: o desmantelamento do “Comando C4”, grupo de extermínio que agia no Mato Grosso, e o ataque com granada a uma ocupação de sem-teto em São Paulo. Ambos revelam a escalada da barbárie de milícias civis e militares, fortalecidas pela leniência do Estado com os crimes de bolsonaristas. O “Comando C4”, autointitulado “Caça a Comunistas, Corruptos e Criminosos” (sim, ele é inspirado no CCC, Comando Caça Comunistas da ditadura militar!), operava como uma máquina de assassinatos por encomenda, com preços tabelados para executar desde civis até figurões do judiciário. Seus integrantes, incluindo militares da ativa e bolsonaristas radicais,

agiam à sombra da mesma retórica golpista que incitou os ataques de 8 de Janeiro. Enquanto isso, em São Paulo, uma ocupação da Frente de Luta por Moradia foi alvo de granadas de uso restrito às forças oficiais, lançadas por milicianos que agem com a mesma truculência dos grupos que cercaram quartéis em 2022. A conivência com o bolsonarismo permitiu que esses grupos se organizassem, armassem e agissem.

MUDANÇAS DE REGRAS

Senado ataca povos indígenas

O Senado já deu inúmeras provas de que deseja mesmo é tocar fogo nas leis que protegem o meio ambiente e os povos que vivem na floresta. Dias depois de aprovar o PL da Destruição, os senadores aprovaram, no último dia 28, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 717/2024, que desmonta o atual modelo de demarcação de Terras Indígenas (TIs) no país. A proposta revoga a norma que regulamenta os procedimentos administrativos de demarcação de TIs e também suspende os decretos presidenciais de homologação de duas TIs em Santa Catarina: Toldo Imbu, do povo Kaingang e localizada em Abelardo Luz, e Morro dos Cavalos, do povo Guarani, em Palhoça. Ambas foram homologadas em dezembro de 2024, após anos de mobilização indígena. A bancada ruralista quer destruir o país.

Entre o real e a fantasia

Lula faz propaganda de um país das maravilhas que não existe



Lula faz um governo ainda mais neoliberal e capitalista do que os anteriores | Foto: Agência Brasil

O presidente Lula insiste em apresentar um Brasil irreal, em que a retórica de sucesso e crescimento econômico mascara uma realidade que desmente as promessas de seu governo. Embora ele se esforce para mostrar que o Brasil está indo bem, as pesquisas de opinião apontam uma desaprovação recorde de 57%. O governo segue a narrativa de que seria apenas um problema de comunicação, mas a realidade vivida por milhões de trabalhadores nos últimos anos está longe de ser a idealizada pelo presidente.

PIB: OS BILIONÁRIOS AGRADECEM, E OS TRABALHADORES?

A alta do PIB no primeiro trimestre deste ano, 1,4%, foi acima do esperado. O problema é que isso não significou nenhuma conquista ou melhoria de vida para os trabalhadores. Foi impulsionado pelo

agronegócio, o que significa a manutenção do processo de desindustrialização do país.

Alardearam o suposto investimento bilionário chinês, mas não dizem que isso aprofundará a dependência econômica e a espoliação do país em nome dos lucros das multinacionais chinesas, que hoje se somam à exploração já feita pelos EUA e Europa.

Apesar de o desemprego oficial estar baixo, os empregos são precários, com baixos salários. Os trabalhadores se viram em jornadas exaustivas nos aplicativos. Enquanto isso, os preços dos itens básicos continuam nas alturas, como o café, e os salários não acompanham. É assim no capitalismo: quando a economia vai bem, só os monopólios capitalistas e os bilionários ganham; quando vai mal, os trabalhadores são os primeiros a perder.

DERROTAR A POLÍTICA ECONÔMICA CAPITALISTA DO GOVERNO

O governo vem entregando tudo o que a burguesia quer e, em vários sentidos, faz um governo ainda mais neoliberal e capitalista do que os anteriores, incorporando setores cada vez mais à direita. Mas, mesmo assim, a burguesia exige mais ataques, cortes e lucros.

As medidas supostamente para atender os trabalhadores, além de serem completamente insuficientes, nem viraram realidade. A isenção no Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil não foi votada ainda, e só a defasagem da tabela do Imposto de Renda nos últimos anos já é muito maior que isso. Diz ser a favor de debater o fim da escala 6×1, mas não faz nada para a efetiva redução da jornada de trabalho

para não se indispor com o Congresso e os bilionários.

Vejamos o caso do desconto para os mais pobres na conta de luz. Ao invés de garantir a isenção retirando dos lucros bilionários das empresas americanas, europeias e chinesas que hoje dominam nosso parque elétrico, o governo vai fazer com que os demais trabalhadores paguem essa conta. O governo tira dos pobres para dar aos mais pobres, enquanto deixa os bilionários intocados.

Ao contrário do que diz a esquerda governista, Lula não está tentando implementar um programa em favor dos trabalhadores e sendo impedido ou derrotado pela direita. Para que isso fosse verdade, deveria estar enfrentando o presidente da Câmara, Hugo Motta, e a direita no Congresso. Deveria estar defendendo propostas de interesse dos trabalhadores. Mas é o próprio governo quem constrói e apresenta os ataques e, quando o Congresso os aprova, comemora como uma vitória

GOVERNO LULA É CAPITALISTA

Os petistas dizem que o principal problema hoje é a ultradireita com sua fábrica de fake news. Isso existe e precisa ser fortemente combatido, assim como é preocupante o peso do bolsonarismo. Mas não está evidente que a estratégia seguida pelo PT alimenta isso? O bolsonarismo vem tentando inverter a realidade, afirmando que os problemas causados pelo governo Lula viriam de um suposto “socialismo” do PT, quando, na verdade, o que estamos vendo é justamente o aprofundamento do capitalismo.

Se não chamarmos as coisas pelos nomes corretos, se não explicarmos aos trabalhadores que Lula vem implementando a agenda que agrada os bilionários capitalistas, será muito mais fácil para a ultradireita ganhar a consciência da classe.

ROMPER COM O PROJETO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES DO PT

Em várias regiões do país, professores da rede pública lutam contra o desmonte da educação. Os operários da Avibras, uma das poucas empresas de tecnologia do país em um ramo estratégico que é o da indústria bélica, estão há mais de mil dias em greve. Os petroleiros e os trabalhadores dos Correios também se mobilizam contra o desmonte das estatais e em defesa dos serviços públicos. Em São Paulo, a campanha por Despejo Zero enfrenta a especulação imobiliária e as empreiteiras. As lutas em defesa do meio ambiente e contra o genocídio em Gaza também continuam pelo país, exigindo de Lula a ruptura das relações com o Estado terrorista de Israel.

É necessário denunciar e enfrentar essa política de aliança com os capitalistas e derrotar a política econômica do governo. Botar abaixo o arcabouço fiscal que estrangula os investimentos públicos em favor dos banqueiros; garantir, com a nossa luta, o fim da escala 6×1, com uma real redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. É necessário parar as privatizações, inclusive as PPPs (Parcerias Público-Privadas), como as realizadas pelo governo de extrema direita de São Paulo, Tarcísio de Freitas, junto com o Governo Federal, para privatizar escolas e o metrô.


O caminho tanto para lutarmos pelos direitos dos

trabalhadores que estão sendo atacados por este governo como para derrotar o bolsonarismo passa por construir um projeto alternativo pautado na independência política dos trabalhadores, com um programa socialista e revolucionário que enfrente os bilionários capitalistas de verdade. Os ativistas de esquerda que continuam apoiando o governo enquanto ele aplica a política da direita mascaram a realidade e a necessidade de romper com essa política para defender, até o fim, as necessidades da classe trabalhadora, a soberania do país e um projeto socialista.■

Se não chamarmos as coisas pelos nomes corretos, que Lula serve aos bilionários, a ultradireita conquistará a consciência da classe trabalhadora



Despejos: quando o solo urbano é transformado em mercadoria

 CLEBER RABELO, VANESSA MENDONÇA E VERA LÚCIA,
DE SÃO PAULO

Está em curso nas cidades do Brasil uma nova onda de despejos das famílias mais pobres que residem em ocupações, favelas, periferias e morros. Essa ação vem sendo feita de forma violenta pelo Estado para favorecer o setor empresarial do ramo imobiliário e da construção civil.



Entre 2022 e 2024, houve aumento de 70% nas remoções forçadas | Foto: Marcelo Camargo | Agência Brasil

DADOS E REALIDADES ENTRE 2020 A 2025

De acordo com a ‘Campanha Despejo Zero’, mais de 1,5 milhão de pessoas já foram despejadas ou estão sob ameaça de despejos desde 2020. Entre outubro de 2022 e julho de 2024, o número de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas aumentou 70%.

Até maio deste ano, mais de 48 mil famílias foram efetivamente despejadas no país, enquanto outras 400 mil estão sob ameaça. Em São Paulo, mais de 11 mil famílias já foram removidas desde 2022, e mais de 100 mil vivem sob risco iminente.

Esses números escancaram que os despejos não são casos isolados. Eles são expressão de uma política sistemática que transforma o solo urbano em mercadoria, cada vez mais cara, que expulsa os mais pobres para atender à especulação imobiliária.

O PERFIL DOS DESPEJADOS

A maioria das famílias despejadas é chefiada por mulheres negras, trabalhadoras informais, com filhos pequenos e baixa escolaridade. 63,3% dos afetados são negros; 62,6% são mulheres; 74,5% ganham até dois salários-mínimos; cerca de 265 mil são crianças e outras 260 mil, idosas.

Os despejos são frequentemente realizados com uso de força policial desproporcional. O Estado é protagonista da violência contra os mais vulneráveis, no interior da classe trabalhadora.

LULA E A MORADIA

O governo Lula retomou o programa Minha Casa, Minha Vida, mas com alcance limitadíssimo para famílias de baixa renda. A prioridade tem sido a construção em parceria com empreiteiras, mantendo o modelo de produção de habitação como mercadoria.

Também há ameaças de despejos em áreas da União. Não podemos esquecer que foi o governo federal que doou a área da Favela do Moinho, onde residem 1.050 famílias no centro de São Paulo, ao

projeto higienista do governador de São Paulo, o bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deu ordem para a PM promover cenas de guerra contra as famílias que resistiram ao despejo.

Fala-se que o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e da base aliada ao governo Lula, assumirá a Secretaria Geral da Presidência da República. Se concretizado, na condição de ministro, a maior referência do movimento sem-teto vai enfrentar os interesses das construtoras para solucionar o déficit habitacional no país? Ou vai seguir os passos dados pelo governo Lula no Programa Minha Casa, Minha Vida? Se for a última opção, já temos o resultado: os despejos, as perdas de casas, mobílias e de vidas nos desabamentos e soterramentos nas chuvas, vão seguir.

SP: LÓGICA HIGIENISTA

Em São Paulo, o governador Tarcísio tem foco em obras de infraestrutura, com destaque para rodovias, que englobam a remoção de dezenas de milhares de famílias. São obras de parcerias público-privadas (PPPs), que regam os cofres das empreiteiras como a Direcional Engenharia, a Ecovita Incorporadora e Construtora, BRZ Empreendimentos e a Cataguá Construtora. Na cidade de São Paulo, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) segue a mesma lógica higienista. Reintegrações de posse são realizadas sem plano de reassentamento, e os investimentos em habitação popular são mínimos.

1,5 milhão de pessoas foram despejadas desde 2020

REPRESSÃO AOS POBRES

Consequências dos despejos

O despejo é mais que a retirada das famílias. Ele rompe laços comunitários, interrompe trajetórias escolares, causa adoecimento mental e físico, empurra para situações de rua, desemprego e violência. Crianças perdem a escola. Mulheres perdem redes de apoio. O Estado dos ricos, ausente na garantia de direitos, aparece apenas como agente da repressão para os pobres.

Politicamente, os despejos cumprem papel de contenção de revoltas e disciplina social: criminalizam movimentos populares, naturalizam a exclusão e a violência policial nos bairros periféricos e reforçam a lógica capitalista de que a cidade pertence a quem pode pagá-la. Além disso, muitas remoções estão vinculadas a grandes projetos de reurbanização ou eventos, revelando a subordinação da política urbana aos interesses privados do capital.

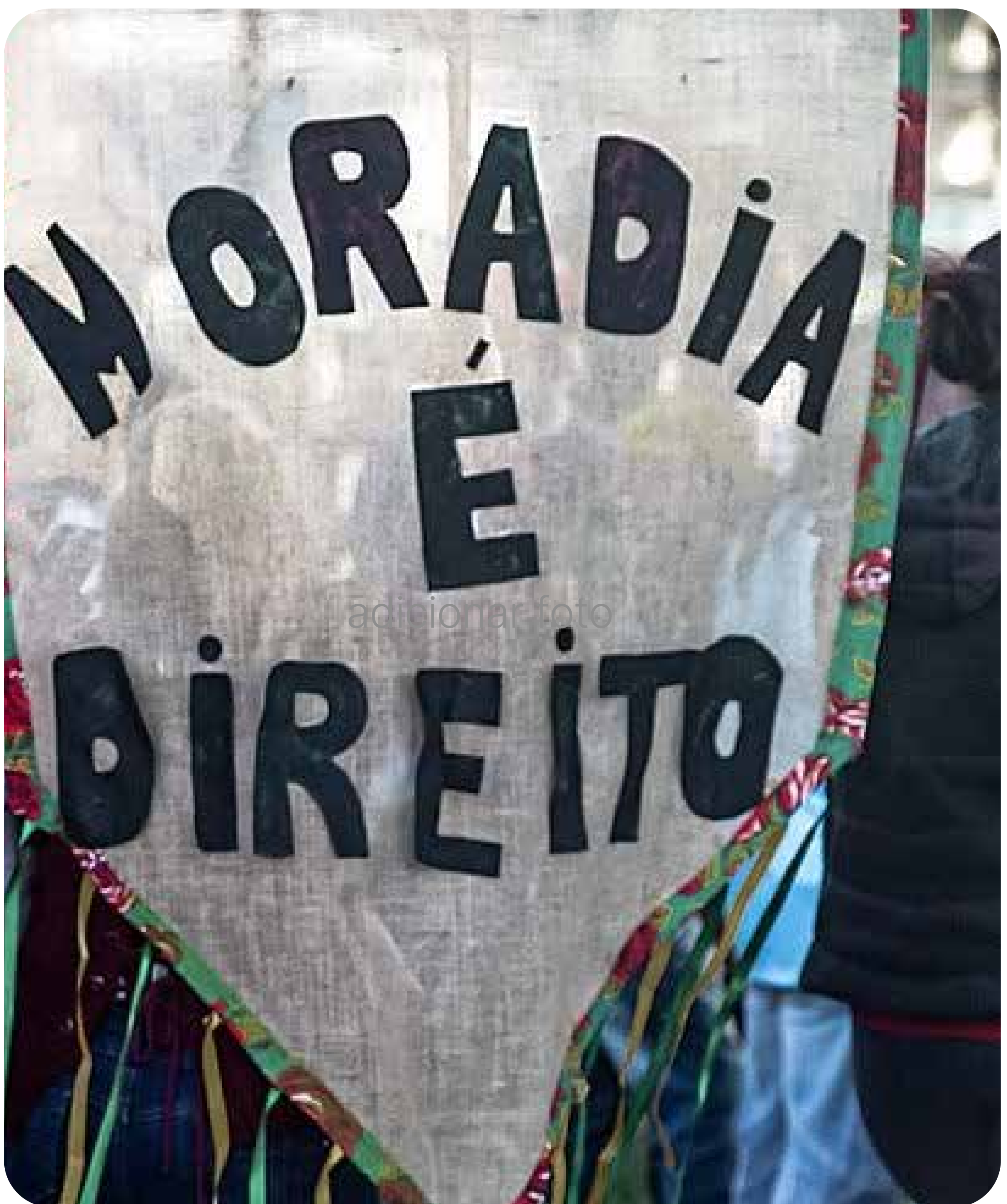
Por outro lado, os levantes populares são legítimos e necessários para barrar essa violência imposta pelo Estado e por grandes capitalistas. A população da Favela do Moinho deu exemplo e mostrou que é possível resistir.

ORGANIZAR A LUTA

Moradia para quem precisa

A cidade é produzida por quem nela vive e trabalha, mas é apropriada por interesses privados dos que colocam o lucro acima das necessidades e

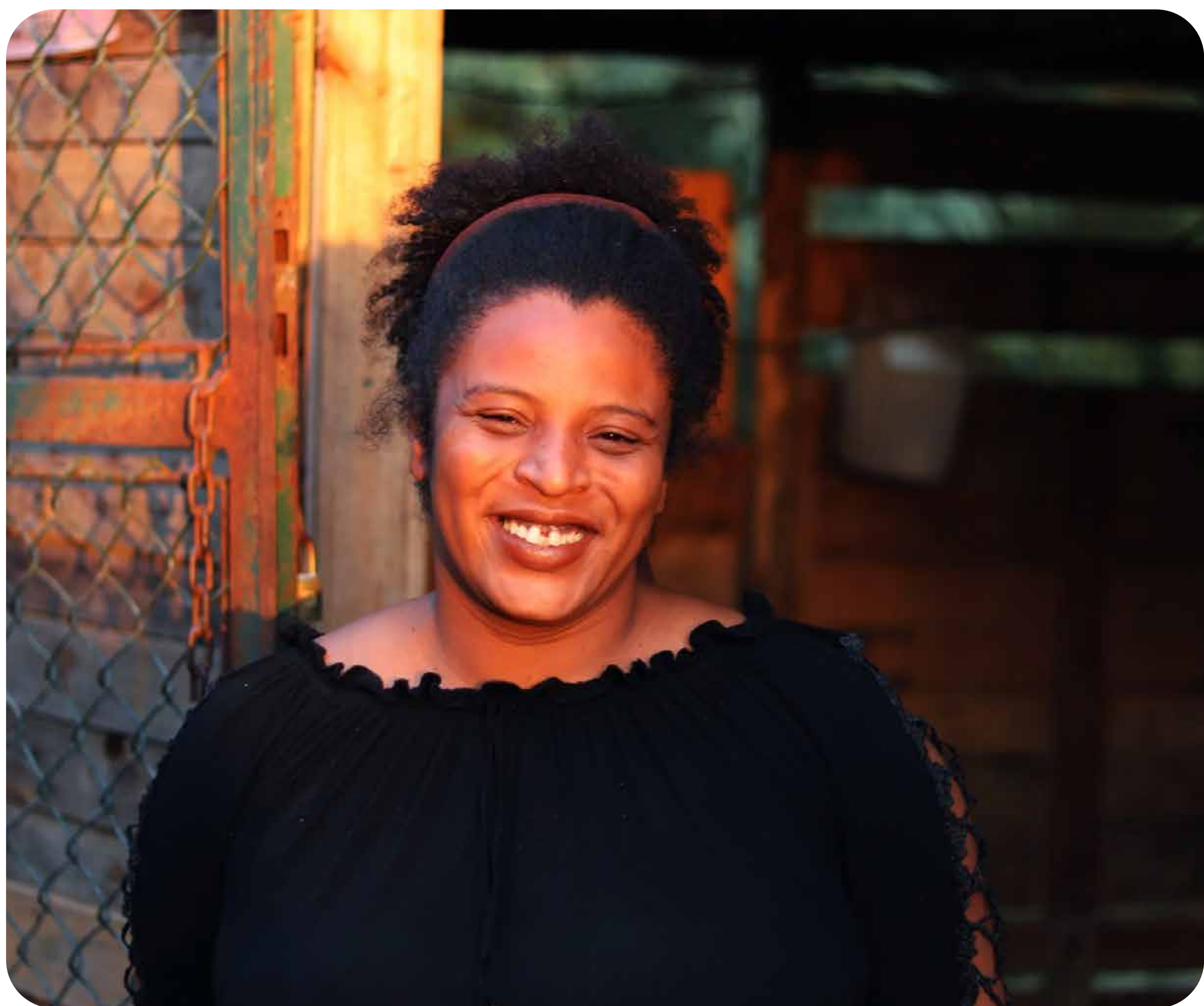
da vida da classe trabalhadora. A luta por moradia é também a luta por dignidade, por democracia real, por liberdade concreta. Diante da crise, não basta denunciar. É preciso organizar. Apoiar movimentos de moradia. Lutar por um novo modelo de cidade, baseado no atendimento das necessidades de quem nela reside. Porque sem teto não há liberdade. E sem liberdade, não há democracia. Como diz o movimento de moradia Luta Popular: “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. Devemos seguir organizando os de baixo, para derrotar os de cima”.■



Trabalhadores sem-teto lutam por moradia popular | Foto: Divulgação

‘Dia 11 vamos realizar uma forte mobilização contra os despejos em São Paulo’

 RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)



Vanessa Mendonça é moradora da Ocupação Queixadas, ameaçada de despejo pelo prefeito da cidade de Cajamar (SP)

O Opinião conversou com Vanessa Mendonça, moradora da ocupação Queixadas, em Cajamar, região metropolitana de São Paulo, que está ameaçada de despejo.

Vanessa é militante do PSTU e é da direção do Luta Popular, movimento por moradia filiado à CSP-Conlutas que assina a convocação da mobilização que vai acontecer em São Paulo, no próximo dia 11, como parte da campanha ‘Despejo Zero’.

Desde a pandemia, os despejos aumentaram muito. Como vocês tem articulado a resistência?

Vanessa Mendonça - *Desde a pandemia, movimentos por moradia e do campo se uniram na campanha 'Despejo Zero'. Conquistamos vitórias, como a ADPF 828 do Supremo Tribunal Federal, que dificultou despejos coletivos na pandemia, exigiu critérios rigorosos e criou o Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (Gaorp) para mediação e alternativas como regularização fundiária.*

Porém, essas medidas falharam. O Gaorp virou ferramenta para organizar despejos "humanizados", mas não há humanidade em expulsar pessoas de suas casas.

Em São Paulo, o governador Tarcísio declarou guerra aos pobres, como temos visto nas ações da polícia nas periferias. Como vocês avaliam a política de moradia desse governo?

Tarcísio intensificou os despejos para favorecer a especulação imobiliária. Vem impondo uma política de higienização urbana, principalmente na área central da capital. As ocupações antigas, como a Favela do Moinho, tendem a ser removidas para dar espaço a projetos que visam "embelezar" a cidade. Faz isso com muita repressão e violência. O mesmo ocorre com as pessoas em situação de rua na Cracolândia, onde a guarda municipal e a PM agem com extrema violência.

Depois que Lula assumiu, algo mudou na situação dos sem-teto?

Os movimentos contabilizam mais de 1,5 milhão de famílias ameaçadas de despejo no Brasil, mas esse número é ainda maior, pois existem ocupações independentes. Enquanto a reforma agrária, uma das promessas do governo Lula, não sai do papel, a reforma urbana sequer é discutida. Enquanto isso, o Congresso criou o grupo 'Invasão Zero', formado por parlamentares ligados ao agronegócio, que têm promovido projetos para criminalizar os movimentos, legitimando ataques a territórios indígenas, quilombolas e comunidades rurais, com apoio de fazendeiros e grileiros. O governo federal se omite e ignora esses ataques. Não dá para governar para os de baixo fazendo acordos com o centrão, banqueiros e latifundiários. Lula já escolheu seu lado: governa para os de cima, enquanto os de baixo seguem lutando pela sobrevivência.

Com a possibilidade de Guilherme Boulos ser ministro de Lula, você acha que algo pode melhorar para o movimento?

O MTST teve papel crucial nas lutas por moradia, mas hoje, na Secretaria das Periferias (com Guilherme Simões), e está mais alinhado com as políticas do governo do que em defesa da quebrada. Não combateu a exigência de renda mínima de quase R\$ 3 mil no Minha Casa Minha Vida — excludente para a periferia — nem a privatização da regularização fundiária

(terceirizando ruas, água e energia). Tornou-se gestor do governo Lula, privilegiando negociações institucionais sobre lutas diretas. No Minha Casa Minha Vida e Entidades, o MTST ficou com 70%-80% das unidades, marginalizando outros movimentos. Se Boulos virar ministro, agirá para desmobilizar lutas com promessas de diálogo institucional, reforçando seu papel como braço do governo.

Quais os próximos passos da campanha Despejo Zero?

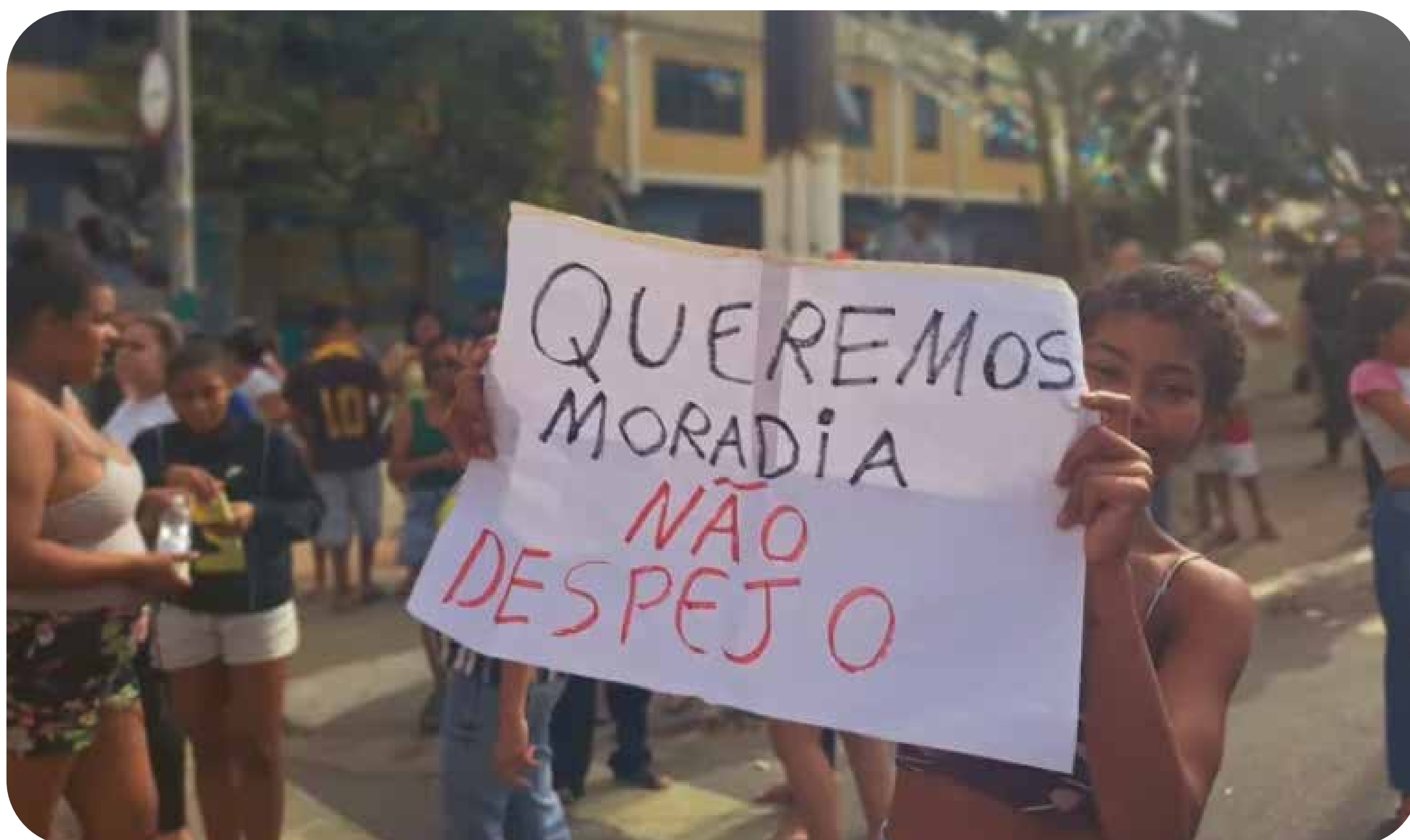
A campanha está se fortalecendo, especialmente após a resistência das famílias da Favela do Moinho em São Paulo. No próximo dia 11 vamos realizar uma forte mobilização. Será realizado um ato, às 14h, na Praça da República, no centro da capital paulista, para exigir o fim dos despejos e a violência policial contra toda a quebrada. Queremos unir diversos movimentos e organizações políticas em um grande ato, para mostrar que o povo unido pode conquistar políticas concretas. Será o início de uma jornada de lutas. Queremos expandir as mobilizações para outros Estados, transformar em uma luta nacional.

A ocupação dos Queixadas está ameaçada de despejo?

Sim. Local onde moro é alvo de despejo por uma ordem judicial que pode ser emitida a qualquer momento. Cajamar é uma cidade rica, mas ignora as necessidades da

periferia. A prefeitura, mostrando total descaso com as famílias, já preparou o plano de despejo com caminhões, ambulâncias e até a polícia. Querem despejar 100 famílias que construíram suas vidas e um bairro numa área que não cumpre nenhuma função social há mais de 40 anos. Para resolver essa situação é simples, basta que o prefeito Kauã Bertó (PSD) assine um ofício para incluir nossas famílias no programa Cidade Legal, o que nos garantiria o direito à regularização urbana. Estamos em mobilização para pressionar o prefeito a assinar esse ofício e precisamos de todo apoio. Chamamos todos a enviar apoio à campanha, gravando enviando vídeos e marcando o prefeito nas redes sociais para pressioná-lo a agir. ■

“Tarcísio intensificou os despejos para favorecer a especulação imobiliária.”



AJUSTE FISCAL

Governo Lula anuncia seu maior corte de verbas para cumprir o arcabouço fiscal

São R\$ 31,3 bilhões em todas as áreas, enquanto universidades federais sofrem com corte de R\$ 2,5 bi e arriscam fechar



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

No último dia 22 de maio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciou o bloqueio de R\$ 31,1 bilhões do Orçamento federal aprovado para 2025. É o maior corte realizado neste terceiro mandato do governo Lula.

A medida foi tomada pelo governo para enquadrar o Orçamento Federal às regras do Arcabouço Fiscal, o regime de contenção de despesas elaborado pelo governo Lula para substituir o antigo teto de gastos que vigorava desde o governo Temer. Os critérios definidos para a instalação desse arcabouço previam zerar o déficit (arrecadação menos despesas, excetuando os gastos com a dívida aos banqueiros) em 2025 (com uma certa “margem de manobra”).

“Levamos tudo ao presidente, que determinou que fosse feito o necessário para fortalecer o arcabouço fiscal. Houve consenso do que fazer entre nós e os ministros”, afirmou Haddad. O corte bilionário anunciado pela equipe econômica do governo Lula e com o aval do próprio se dá através do “contingenciamento” de R\$ 20,7 bilhões, um eufemismo utilizado para dar a impressão de que se trata de algo provisório e passível de ser

revertido caso a situação fiscal mude, e o bloqueio de outros R\$ 10,6 bilhões. Ao final, acabam tendo o mesmo efeito: cortes para assegurar o arcabouço e o pagamento da dívida.

CINISMO

Entre as justificativas apresentadas para o corte bilionário estão os gastos com aposentadorias. “O que está no nosso radar é a questão da Previdência, que ainda é um desafio no Brasil e a questão do BPC”, afirmou Haddad durante a entrevista coletiva. O ministro também informou que o BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos carentes acima de 65 anos e pessoas com deficiência) teve um “custo” de R\$ 2,8 bilhões acima do previsto, enquanto que o Plano Safra (que financia o agronegócio) cresceu R\$ 4,5 bilhões.

Como se não bastasse, Haddad ainda teve a coragem de responsabilizar a paralisação dos servidores da Receita Federal pela queda da arrecadação. Mas nada foi dito sobre o recente aumento dos juros, imposto pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, indicado por Lula, e que impacta a dívida pública em R\$ 50 bilhões a cada 1% de elevação.

Tebet ainda tentou justificar os cortes afirmando que, com as despesas “acima das projeções na Previdência”, o governo teve “por obrigação legal colocar um bloqueio no orçamento”. Faltou dizer que a “obrigação legal”, o arcabouço fiscal, foi imposto pelo próprio governo Lula.

O governo ainda não divulgou o detalhamento do que seria cortado em cada área. Porém, não é

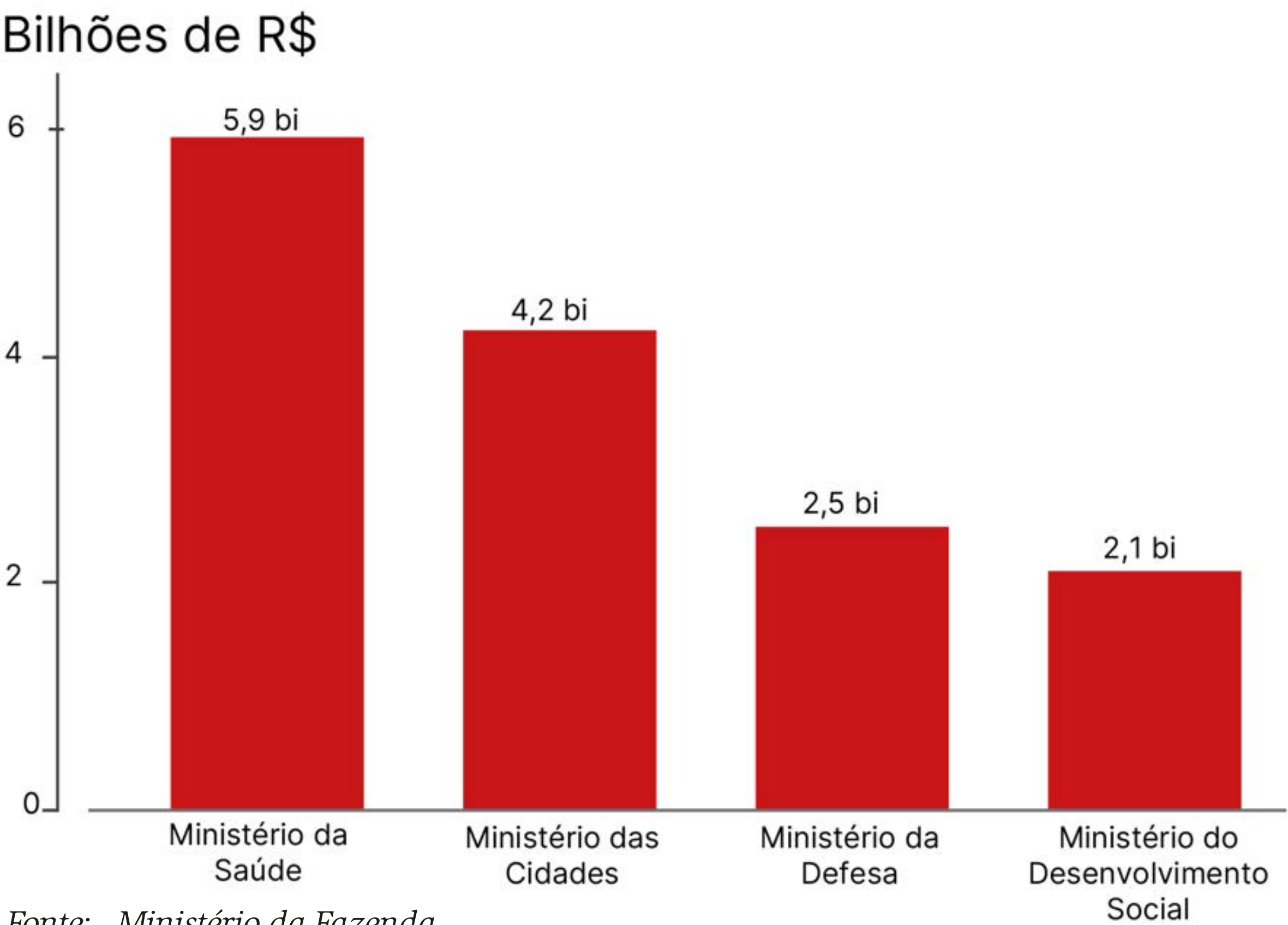
preciso nenhum exercício de futurologia para saber que serão afetados programas sociais e serviços públicos essenciais já sucateados e penalizados pelo arcabouço fiscal.

UNIVERSIDADES FEDERAIS EM RISCO

Apenas dois dias antes do anúncio desse corte bilionário, o governo já havia bloqueado R\$ 2,5 bilhões das universidades federais. Uma medida denunciada por entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e que ameaçam o próprio funcionamento das universidades.

SAIBA MAIS

Veja onde a tesoura do governo vai cortar mais fundo



ENTENDA

Arcabouço fiscal desvia recursos públicos para banqueiros

O novo arcabouço fiscal foi elaborado pelo governo Lula para substituir o teto de gastos que limitava as despesas públicas ao mesmo montante do ano anterior, mais a inflação. Na prática, se trata de um novo teto que, embora mais flexível (já que o antigo teto se provou impraticável), tem o mesmíssimo significado: tirar dinheiro do orçamento para pagar juros aos banqueiros.

Pelas regras do arcabouço, as despesas não podem crescer acima de 70% da alta das receitas, e mesmo dentro disso, limitadas a 2,5% ao ano (acima da inflação). Ou seja, mesmo que o Brasil viva um improvável boom de crescimento, isso não vai se reverter em mais investimentos públicos. Mais do que isso, o arcabouço é incompatível com os atuais pisos constitucionais da Saúde (15%) e da Educação (18%). Sua manutenção, portanto, prevê a desvinculação desses pisos, o sonho dourado de Paulo Guedes, o ministro de Bolsonaro, que não conseguiu implementar, mas que já está sendo tramado nos corredores do Congresso Nacional.

Cortes vão atingir áreas e programas sociais

A CRISE DO IOF

Bilionários dizem “não mexam no nosso”, e governo recua

Para compensar a isenção aos bilionários, governo quer acelerar a entrega de óleo e concessão de blocos de petróleo



Presidente da Câmara Federal, deputado Hugo Motta (Republicanos)

Se o anúncio do corte bilionário do orçamento, afetando áreas e programas sociais, foi bem recebido pelo “mercado”, o mesmo não pode ser dito pela divulgação do aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Esse imposto incide sobre operações de crédito, câmbio e previdência privada (acima de R\$ 50 mil, na verdade um investimento disfarçado para pagar menos impostos), numa expectativa frustrada de aumentar em R\$ 20 bilhões a arrecadação.

Qual é o problema disso? Afeta, ainda que minimamente, grandes fundos de investimentos, empresas, o agronegócio e o comércio. Transferências de fundos para o exterior, hoje

isentas, passariam a pagar modestos 3,5% de imposto. Mas a burguesia não quer saber, enquanto exige ajuste no lombo da classe trabalhadora, não quer nem falar em aumento de imposto, ainda que ínfimo. E o governo, no primeiro sinal de reclamação dos bilionários, suspendeu o aumento do IOF.

Mesmo assim, representantes do agronegócio, dos bancos, do comércio, entre outros setores, firmaram um manifesto direcionado ao Congresso Nacional para terem certeza que a medida seria barrada pelos parlamentares, sendo prontamente acolhidos pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos).

Não que Haddad e o governo estejam ansiosos para taxar o grande capital, justo o contrário. O problema é que, para sustentar o arcabouço fiscal que serve justamente aos banqueiros, não bastam somente os cortes pelo lado das despesas, o que o governo já vem fazendo. É preciso, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação. E dançando nessa corda bamba, Haddad tentou tirar uma lasquinha dos endinheirados, enquanto arranca bilhões da Saúde e da Educação. Uma medida mais que tímida, que não muda absolutamente em nada a fortuna dos bilionários que, mesmo assim, poderiam repassar qualquer custo aos consumidores. E ainda assim, foi rejeitada e o governo simplesmente abaixou a cabeça.

GOVERNO ENTREGA ÓLEO E PETRÓLEO

Com a grita em torno do IOF, o governo parte por uma busca desesperada para achar dinheiro e cumprir a meta fiscal. Uma lista apresentada pelo

Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, elenca uma série de medidas para o governo ganhar mais alguns trocados, entre elas, a entrega de óleo e petróleo em áreas ainda não concedidas e próximas a jazidas que já estão funcionando (Mero, Atapu e Tupi). Só isso já garantiria R\$ 15 bilhões. Até mesmo um Projeto de Lei já foi enviado ao Congresso no último dia 28 acelerando esse processo de entrega ao capital privado, a fim de aumentar a arrecadação e cumprir a meta fiscal.

Ou seja, para não taxar bilionários, o governo acelera a privatização do petróleo do Pré-Sal, beneficiando banqueiros e capital estrangeiro.

MOBILIZAÇÃO

Abaixo o arcabouço fiscal de Lula e dos banqueiros

Os cortes bilionários do governo mostram o verdadeiro caráter deste governo: gere o capitalismo e joga a crise nas costas da classe trabalhadora e da população pobre, tudo para privilegiar banqueiros, grandes empresários e o agronegócio.

PREVIDÊNCIA NA MIRA

A ministra Tebet já disse na coletiva que realizou junto a Haddad que o problema, para ela, são os aposentados. Tebet, aliás, já propôs um grande acordo para uma nova reforma da Previdência, entre outras reformas mais “estruturais”, no ínterim entre as eleições de 2026 e a posse do novo governo, seja quem for eleito. Um verdadeiro golpe, já que esses ataques não precisariam ser

discutidos na campanha eleitoral.

A atual crise mostra ainda que a burguesia, que consegue tudo o que quer, não se contenta com isso e quer mais, sempre mais. Um setor significativo busca uma alternativa à lá Milei da Argentina, que arrebente por completo os serviços públicos, destrua o que sobrou da Previdência e acelere a entrega do país ao imperialismo. Quanto mais o governo entrega o que a Faria Lima exige, mais se avança na construção desse projeto.

QUEM FORTALECE A EXTREMA DIREITA?

Enquanto isso, os índices de rejeição do governo Lula atingem patamares inéditos, em meio à inflação dos alimentos, a precarização dos empregos e o sucateamento dos serviços públicos. Ou seja, quanto mais se avança nessa política econômica, mais o governo se enfraquece em cima, com a burguesia e seus próprios aliados, e, sobretudo, embaixo, abrindo uma avenida para a extrema direita em 2026 chegar com tudo. Quem defende o apoio ao governo ajuda para isso.

É necessária uma grande mobilização contra esses ataques, para pôr abaixo o arcabouço fiscal e os cortes nas universidades federais. Para e junto a isso, fortalecer uma oposição de esquerda ao governo Lula e à ultradireita que possa ser uma alternativa real à classe trabalhadora e ao povo pobre. ■



Ministros Fernando Haddad e Simone Tebet

PL DA DEVASTAÇÃO

Só a luta e mobilização independente pode derrotar o “PL da Devastação”

 JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO



As ruas do Brasil foram ocupadas por manifestantes contra o ‘PL da Devastação’

O Projeto de Lei 2159/2021, apelidado de “PL da Devastação”, aprovado pelo Senado no último dia 20, consiste em um grave ataque às leis ambientais do país. O projeto é defendido por toda a bancada ruralista no Congresso e foi aprovado sem debate, às pressas, e, o que é extremamente grave, sem a menor resistência do governo Lula, mostrando mais uma vez a submissão do PT ao agronegócio e ao grande capital.

O texto do PL implode o licenciamento ambiental no Brasil, facilitando licenças para termelétricas, hidrelétricas e linhas de transmissão, sob o pretexto de “segurança energética”. Medidas que flexibilizam o licenciamento ambiental, mesmo para

empreendimentos de alto risco comprovado, como barragens de mineração, cujos rompimentos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) resultaram em 291 mortes e mais de 1.469 km de rios contaminados.

O projeto também transfere para os estados e municípios a autonomia para definir quais projetos podem ser isentos de licenciamento. Na prática, o licenciamento deixará de existir, pois governos e políticos sacrificarão proteções ambientais para atrair investimentos privados. Além disso, praticamente não existe nenhuma estrutura de fiscalização ambiental na maioria dos municípios, ou ela é extremamente frágil na maioria dos estados. Na prática, a medida fortalece a pressão do poder político e econômico para a liberação de projetos sem a devida fiscalização.

Mesmo com o licenciamento ambiental atual, várias catástrofes ocorreram. Em um cenário com uma lei muito mais frouxa, novas catástrofes como “Brumadinhos” e “Marianas” serão rotineiras.

ATAQUE AOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

O PL também vai atingir as Terras Indígenas (TIs), os Territórios Quilombolas e as Unidades de Conservação (Parques, Reservas Extrativistas, Ecológicas etc.), ao excluir do licenciamento as TIs e territórios quilombolas ainda não regularizados. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), essa mudança pode deixar desprotegidos cerca de 40% dos territórios indígenas e mais de 96% das comunidades quilombolas sem titulação. O ISA estima que o desmatamento pode aumentar em uma área equivalente ao tamanho do estado do Paraná.

“MÃE DE TODAS AS BOIADAS”

A aprovação do PL, que também foi apelidado de “Mãe de todas as boiadas”, vai “destravar” dois projetos essenciais defendidos pelos poderosos. Um deles é a pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Hoje ela se encontra abandonada, mas sua revitalização vai significar a abertura de mais uma frente de desmatamento, queimadas, exploração de madeira, invasão de terras indígenas e da expansão da fronteira do agronegócio. A história recente mostra que isso ocorreu com a abertura de todas as estradas na Amazônia. Mas o caso da BR-319 é ainda mais grave, porque vai levar a destruição para a região central da Amazônia, onde a floresta ainda está intacta. O desmatamento nessa região vai levar a Amazônia ao colapso, à diminuição de chuvas na região e em grande parte do país (o fim dos “rios voadores”) e sua conversão em uma savana degradada, emitindo mais carbono do que absorvendo, acelerando o aquecimento global. Além de liberar novos vírus que poderão varrer a Terra com novas pandemias. É por isso que a BR-319 é conhecida como a “Estrada do fim do mundo”.

O projeto também facilita a liberação da exploração de petróleo na costa da Amazônia, que não será feita apenas pela Petrobras, mas também por muitas multinacionais como a Shell. A exploração de petróleo nessa região extremamente sensível pode comprometer ainda mais a Amazônia, seus corais e manguezais – a maior faixa contínua de mangues do mundo – e populações indígenas e camponesas.

DANDO NOME AOS BOIS

Precisamos dar nome aos bois da “Mãe de todas as boiadas”. Tanto o Congresso quanto o governo têm interesses na flexibilização do licenciamento ambiental para “destravar” a pavimentação da BR-319 e a exploração do petróleo na Margem Equatorial.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), político do Amapá, está de olho nos royalties do petróleo da Margem Equatorial, assim como todos os políticos do estado. O senador Omar Aziz (PSD-AM), base de sustentação do governo, é um defensor radical da BR-319. O próprio presidente Lula já defendeu a exploração de petróleo na Amazônia, criticando o IBAMA, e também a pavimentação da “Estrada do fim do mundo”.

É por isso que o governo, na prática, também colaborou com a aprovação do PL. O governo sabia da gravidade da situação e de toda a articulação dos ruralistas para aprovar o projeto, mas não moveu uma palha para impedi-lo.

O governo Lula é um firme apoiador do agronegócio. Prova recente disso é o Plano Safra 2024/2025 do governo federal: o maior da história em volume de recursos, com R\$ 400,59 bilhões só para o agronegócio. É essa dinheirama que financia a expansão das novas fronteiras agrícolas, o roubo e a invasão de terras públicas e a violência agrária.

FALSA NARRATIVA

Setores da esquerda governista afirmam que o governo é “refém de um Congresso reacionário”,

dominado por partidos aliados da direita. No entanto, essa tese não resiste a uma análise factual. Em todos os governos do PT, o agronegócio foi reforçado, dando força à bancada ruralista e à manutenção de um modelo neocolonial, que posiciona o país como produtor de commodities e, conseqüentemente, contribui para o avanço da extrema direita.

Precisamos dar nome aos bois da “Mãe de todas as boiadas”. Tanto o Congresso quanto o governo têm interesses na flexibilização do licenciamento ambiental para “destravar” a pavimentação da BR-319 e a exploração do petróleo na Margem Equatorial.

QUEM CALA...

Os ataques à Marina Silva e o silêncio de Lula

É nesse contexto que o Senado promoveu o show de horrores contra a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com ataques machistas e racistas, no último dia 27 de maio, durante sessão na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Entre outras declarações ofensivas, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou que “a respeita como mulher, mas não como ministra”. O senador, um ferrenho defensor da BR-319, já havia dito em abril que tem vontade de “enforcar” a ministra. Já o presidente da comissão, Marcos Rogério (PL-RO), ordenou que a ministra se colocasse “no seu lugar”. Essas falas não se limitam a demonstrações de desrespeito: configuram exemplos claros de violência política de gênero, empregada para constranger, humilhar e deslegitimar mulheres em posições de poder e tomada de decisão. Por isso, devem ser veementemente repudiadas.

Temos muitas diferenças políticas com Marina Silva. A primeira delas é que sua política para a questão ambiental procura conciliar o inconciliável: regular a exploração do meio ambiente pelo capital. Isso é impossível; basta ver o fracasso de todas as COPs e dos Acordos Climáticos para deter o aquecimento. Uma política que leva à conciliação com o agronegócio e com as multinacionais que têm aprofundado a destruição de nossos biomas. A defesa do meio ambiente deve ser travada contra o capitalismo, o principal responsável pela catástrofe climática. Mas, apesar dessas grandes diferenças, nada justifica tolerar práticas misóginas e racistas que violam a dignidade de uma mulher negra, amazônida, com uma trajetória marcada pela luta e pelo reconhecimento internacional.

A bancada ruralista não hesitou em mostrar toda sua boçalidade contra uma ministra de Estado. Imaginem o que eles fazem contra homens e mulheres humildes, apartados do poder político e econômico. Pior ainda é que praticamente nenhum senador governista defendeu Marina das

agressões. Alguns até fugiram, como foi o caso do sionista Jaques Wagner (PT-BA). Lula, por sua vez, até agora não saiu em defesa da ministra.

A insustentável posição de Marina Silva no ministério evidencia os limites da estratégia de “disputar por dentro” um governo que, na prática, promove a expansão do agronegócio e a exploração desenfreada de petróleo. Está se repetindo, em um dramático contexto de emergência climática, a mesma história de ingerência sobre a legislação ambiental que levou à construção de Belo Monte e à saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente no segundo mandato de Lula.



Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva | Foto: Lula Marques / Agência Brasil

ENTERRAR O PL DA DESTRUIÇÃO

A saída está nas ruas e não em negociar o “mal menor”

Setores do governo e do Ministério do Meio Ambiente já estão “negociando” mudanças no PL. Mas a saída para o movimento socioambiental não está no “mal menor” — ou seja, em reformas cosméticas ao PL da Devastação, negociadas com um Congresso dominado por ruralistas e inimigos do meio ambiente. Não basta ajustar algumas vírgulas em um projeto que, em sua essência, legitima a destruição.

É hora de enterrar a boiada de vez. E isso só será possível com mobilização popular, independente dos governos. A história do movimento socioambiental, de Chico Mendes, passando pelo movimento indígena até hoje, prova que direitos são conquistados na luta. Por isso, é fundamental tomar as ruas e fortalecer as manifestações que estão marcadas em todo o país. Só a pressão direta e organizada pode frear a agenda predatória e garantir justiça socioambiental.■

A saída para o movimento socioambiental não está no “mal menor”. É hora de enterrar a boiada de vez com mobilização popular.

SAIBA MAIS

Entenda como o “PL da Devastação” piora a vida do trabalhador



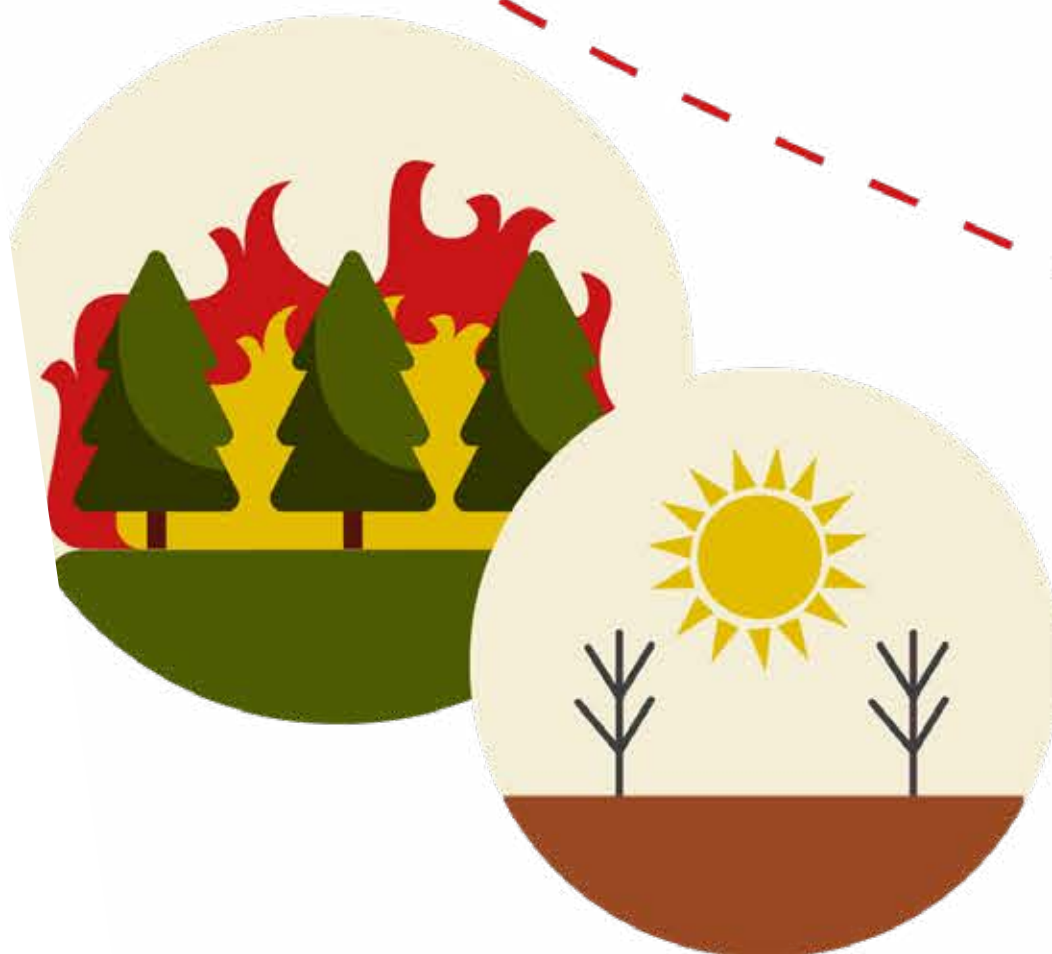
Poluição
descontrolada:
saúde em risco

Contaminação
e falta de água



Mais desastres
como os de
Mariana e
Brumadinho

Explosão do
desmatamento.
Parques e reservas
em risco



Emergência climática:
mais secas, enchentes,
deslizamentos e mortes

Brasil mais vulnerável
aos efeitos do
aquecimento global



Ameaça aos povos
indígenas e comunidades
tradicionais

Só a luta
independente e a
organização dos
trabalhadores e
do movimento
socioambiental
podem derrotar o
PL da Destruição



Só a luta independente e a
organização dos trabalhadores
e do movimento socioambiental
podem derrotar o PL da Destruição

PALAVRAS NÃO BASTAM

Ouvir os palestinos e exigir que Lula rompa relações com Israel



SORAYA MISLEH,
DA FRENTE PALESTINA DE SÃO PAULO



Fome castiga população de Gaza, enquanto soldados de Israel disparam contra população faminta.

Na última semana mais de 11 mil pessoas assinaram uma carta aberta pedindo a Lula que imponha embargos energético e militar e rompa relações comerciais e diplomáticas com o Estado genocida de Israel.

Artistas como Chico Buarque, Ney Matogrosso, Gregório Duvivier, Samara Felippo, BNegão, Gisele Itiê, Wagner Moura e Letícia Sabatella estão entre os que subscrevem a carta, ao lado de parlamentares, personalidades, professores universitários, movimentos sociais e sindicais e partidos políticos. Entre eles, o PSTU.

Organizada pelo movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções) a Israel, a iniciativa ganha repercussão, acompanhando a onda de indignação diante de tanto horror. A partir das

vozes palestinas, há um crescente sentimento e percepção de que palavras não bastam; é necessário ações concretas e efetivas para parar a máquina da morte, a entidade colonial sionista.

O apelo do povo palestino é por isolamento internacional do estado genocida de Israel. Assim, lançou o movimento BDS em 2005, inspirado na campanha de boicote internacional ao apartheid na África do Sul que ajudou a pôr fim ao regime de segregação nos anos 1990.

EMBARGO ENERGÉTICO

Refletindo esse movimento, no dia 28 de maio, as federações Nacional e Única dos Petroleiros (FUP e FNP) enviaram uma carta a Lula e ministros do governo pedindo embargo energético e também militar.

A exportação de petróleo a Israel teve início no governo Bolsonaro, mas não só não cessou, como aumentou. De acordo com a Oil Change Internacional, o Brasil se converteu em um dos dez maiores fornecedores de petróleo, ao lado de países como EUA, Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia, Nigéria, República do Congo, Gabão e Itália. “Até o mês de julho, o Brasil era responsável pelo fornecimento de 9% do petróleo bruto importado por ‘israel’, tendo enviado 65 remessas de óleo cru e combustível nos primeiros nove meses de genocídio. Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Brasil tem aumentado exponencialmente a exportação de petróleo para Tel Aviv desde o início do genocídio atual em Gaza, no dia 7 de outubro de 2023. A venda de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) do

Brasil para ‘israel’, em 2024, teve um aumento de 12.380% em valores em comparação com 2023. E, até abril de 2025, teve um aumento de 256% em relação a 2024, chegando a cerca de R\$ 900 mil. O valor exportado em 2025 é 44.300% maior que aquele de 2023. Também é 790% maior do que em todo o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos maiores aliados de ‘israel’”, destaca Eduardo Vasco em artigo publicado no portal Diálogos do Sul Global.

As entidades de petroleiros enfatizam na carta: “Diversos especialistas jurídicos alertaram que a transferência de produtos de uso dual, como o petróleo, que pode ser usado em veículos militares coloniais [...] torna os estados cúmplices de genocídio ao fornecer apoio material ao estado perpetrador.” E trazem dado alarmante: 2,7 milhões de barris de petróleo bruto foram exportados do Brasil para Israel somente em 2024, representando uma parte significativa do abastecimento de combustível militar de Israel.

NÃO TEM DESCULPA

Parte do petróleo é enviada pelas empresas Shell e Total, mas o fato de serem companhias privadas não diminui a responsabilidade do Estado brasileiro. Em consulta a analistas jurídicos e tomando como exemplo casos como o da proibição de exportação de carvão em agosto de 2024 pelo presidente da Colômbia, Gustavo Petro, militantes da campanha “Fecha a torneira” afirmam que Lula pode, sim, impor um embargo energético pelo Brasil, por decreto. A base para tanto é a recomendação de sanções de organismos internacionais, como signatário da Convenção de

Combate e Prevenção ao Genocídio, da Corte Internacional de Justiça e de outros tratados e convenções.

Afinal, o petróleo é brasileiro e em vez de abastecer tanques para o genocídio, deveria servir ao povo brasileiro, o que, contudo, requer reestatização da Petrobras sob controle dos trabalhadores.

EMBARGO COMERCIAL E MILITAR

Conforme o mesmo artigo de Vasco, em 2024, o Brasil foi o 12º maior parceiro comercial de Israel e é o primeiro da América Latina.

Um embargo comercial abrangente demanda, entre outras ações, que Lula revogue a adesão do Brasil ao Tratado de Livre Comércio Israel-Mercosul. Assinado em Montevideu, Uruguai, em 18 de dezembro de 2007, foi promulgado pelo Brasil pelo Decreto 7.159, de 27 de abril de 2010, durante o segundo governo Lula. Foi nesse período que o país iniciou o salto nas relações comerciais com o estado sionista. Em novembro de 2014, os contratos militares bilaterais alcançaram quase R\$ 1 bilhão.

FAB COMPRA DRONES DE ISRAEL

Em meio ao holocausto palestino, lamentavelmente as importações ainda continuam. Em março de 2024, a Força Aérea Brasileira (FAB) fechou acordo com a Israel Aerospace Industries para manutenção e suprimento de peças a dois drones israelenses que adquirira em 2009, no valor de R\$ 86,1 milhões. Em setembro a FAB comprou mais um drone por R\$ 50 milhões da israelense Elbit – cuja fábrica em Porto Alegre segue

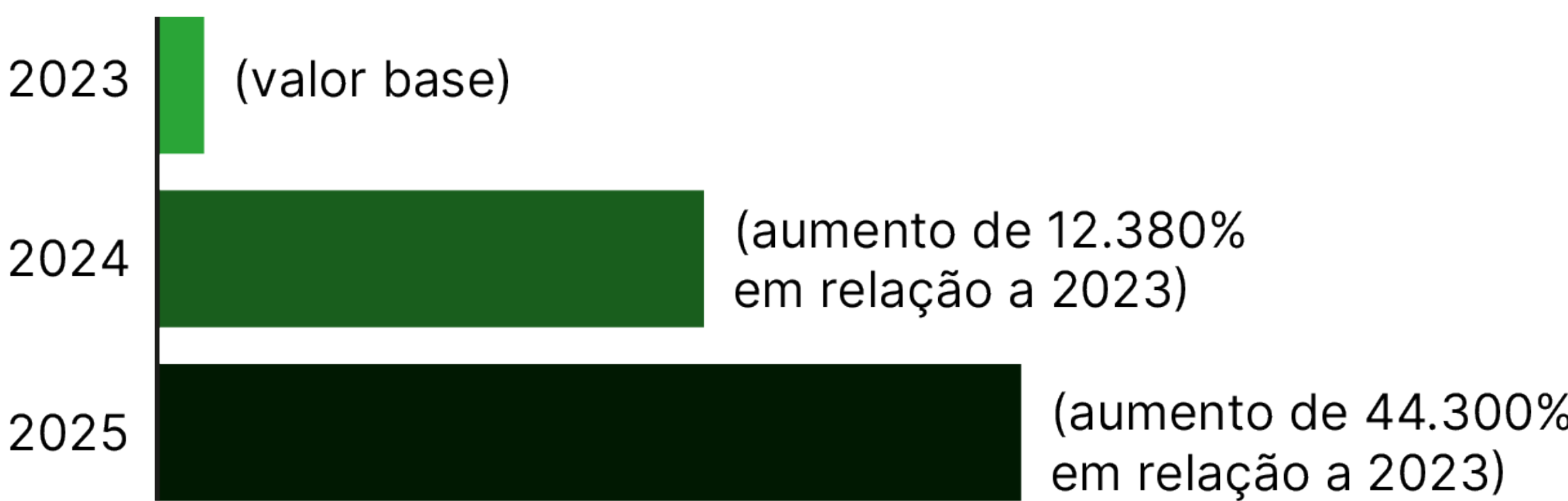
funcionando. Também no primeiro semestre do ano passado, o Exército anunciou a compra de 36 blindados israelenses obuseiros no valor de R\$ 1 bilhão – a qual foi suspensa após ampla mobilização.

Os governos estaduais, com apertos de mãos manchados de sangue, continuam a colocar nas mãos de suas polícias armas israelenses, que servem ao genocídio pobre e negro e ao extermínio indígena. Drones e tecnologias da morte testadas sobre os corpos palestinos.

As imagens das atrocidades se repetem a cada dia, na conversão dos palestinos em cobaias humanas. Um genocídio transmitido ao vivo e em cores, sob diversos meios: bombardeios, balas, fome, sede, destruição de hospitais para impedir o tratamento e de todas as condições sanitárias para ampliar a propagação de doenças infecciosas e epidemias, além de contaminação de áreas agricultáveis e impedimento da pesca.

CUMPLICIDADE

Exportações de Petróleo e derivados Brasil-Israel depois de 2023



Fonte: MDIC | Elaboração: Diálogos do Sul Global

FOME, BOMBA E BALA

Laboratório da morte para o mundo

Mais de cem palestinos foram assassinados por Israel nos últimos dias enquanto formavam fila para matar a fome em um centro de distribuição de alimentos em Rafah, sul de Gaza. Esses postos, estabelecidos recentemente sob o nome Fundação Humanitária a Gaza e apoio dos criminosos Israel e EUA, se mostram uma armadilha para matar mais. Evidência ainda maior é o anúncio do reverendo estadunidense Jhonnie Moore como novo comandante dessa “fundação”, pastor de extrema direita ligado ao presidente dos EUA, Donald Trump, e ao primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu.

Enquanto isso, a fome se espalha – afeta 100% dos 2,3 milhões de palestinos enclausurados em Gaza. Dezenas já pereceram. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 14 mil bebês podem morrer de fome nos próximos dias se nada for feito. Enquanto isso, as bombas não param de cair sobre suas cabeças.

Estima-se que mais de 300 mil já tenham perdido a vida no holocausto palestino perpetrado por Israel há 19 meses, com armas sobretudo estadunidenses e europeias, algo como 14% da população de Gaza.

Na Cisjordânia – que assim como Gaza, foi ocupada militarmente por Israel em 1967 – a limpeza étnica avança e a expansão colonial violenta se aprofunda. Já são mais de mil

palestinos assassinados, e pogroms por parte de colonos sionistas se tornam ainda mais frequentes.

PARTÍCIPIES DO GENOCÍDIO

Quem fornece as armas para Israel

Os EUA responderam, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, por 69% das armas fornecidas para o genocídio entre 2019 e 2023, seguidos de Alemanha (30%) e outros países europeus como Reino Unido, França, Espanha e Itália (1%).

Conforme o Departamento de Estado dos Estados Unidos, os EUA destinaram mais de US\$ 130 bilhões a Israel em ajuda econômica e militar desde 1948 – pedra fundamental da contínua Nakba (catástrofe) com a formação do estado colonial e racista de Israel mediante limpeza étnica planejada. Já o Conselho de Relações Exteriores atualiza esse valor para US\$ 310 bilhões. Os EUA dobraram a aposta nos últimos 19 meses, para sustentação de seu enclave militar no Oriente Médio e Norte da África.

Já a Alemanha, conforme reportagem publicada na Agência Anadolu em 3 de junho, informou ter emitido entre 7 de outubro de 2023 e 13 de maio de 2025 licenças de exportação para entregas de armas a Israel totalizando quase meio bilhão de euros.

PRECISA PAGAR

Brasil tem dívida histórica com o povo palestino

O Brasil não está nesse grupo, mas isso não diminui sua responsabilidade. Basta lembrar que o país presidiu, na pessoa do diplomata Oswaldo Aranha, a primeira sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947 que recomendou a Partilha da Palestina em um estado judeu (56% do território) e um estado árabe (43%), com Jerusalém sob administração internacional. Está entre os 33 países que votaram a favor dessa partição, que na verdade representou um sinal verde para que Israel levasse a cabo a fase mais agressiva da limpeza étnica planejada, a qual culminou no seu estabelecimento em 1948, em 78% da Palestina histórica, sobre os corpos palestinos e os escombros de suas aldeias.

Durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, documentos apontam que Israel colaborou com técnicas e treinamento para a tortura, além de armas, sistemas de inteligência e comunicação, como fez em toda a América Latina.

Entre altos e baixos – e um interregno com Bolsonaro no pragmatismo tradicional da diplomacia brasileira que vota a favor dos palestinos nos organismos internacionais e denuncia a ocupação sionista, enquanto mantém relações e acordos econômicos –, o Brasil ainda está longe de pagar a dívida histórica que tem com o povo palestino.

Lula denunciou e reconheceu o genocídio ainda

em fevereiro de 2024, o que lhe valeu por parte de Israel ser nominado como persona non grata. Tem elevado o tom e em 3 de junho disse em coletiva de imprensa, diante da ofensiva sionista contra ele, para Israel parar com o “vitimismo”, reafirmando o genocídio em Gaza.

SEM NORMALIZAÇÃO COM O ESTADO GENOCIDA ISRAEL

Isso ocorre no contexto da Conferência Internacional sobre a “solução de dois Estados”, marcada para 17-20 de junho na ONU em Nova York. Entre os 143 países-membros da ONU que reconhecem o Estado palestino, o Brasil presidirá o grupo de trabalho, iniciativa de França e Arábia Saudita.

A proposta dos dois Estados é considerada morta pelo historiador Ilan Pappé: seria apenas um bantustão, dada a expansão colonial agressiva ao longo de mais de 77 anos. Além disso, é injusta, pois legitima um projeto racista e não contempla a totalidade do povo palestino (metade dos 14 milhões no refúgio/diáspora, além dos 1,9 milhão sob leis racistas em “Israel”). A solução justa é um Estado único palestino laico, livre, democrático, com retorno dos refugiados.

A conferência, sob a perspectiva de quem não representa a totalidade do povo palestino – a gerente da ocupação Autoridade Palestina, cuja popularidade na Cisjordânia é de míseros 2% –, é vista por muitos palestinos não apenas com ceticismo, mas como tentativa de normalização com um estado genocida, na contramão do apelo do povo palestino: isolamento internacional. O Brasil, como líder regional, poderia influenciar a

América Latina.

A crise econômica em “Israel” se aprofunda, e a solidariedade global, inspirada na resistência palestina, pode ampliar a pressão pela ruptura de relações e, assim, acelerar o início do fim do projeto colonial sionista, que, segundo analisa Ilan Pappé, já está em curso.■

[CLIQUE AQUI](#)

Assine a Carta pedindo ao governo a ruptura de relações com Israel



Barco da Flotilha da Liberdade se chama Madleen tenta furar bloqueio à Gaza e criar um corredor de ajuda humanitária.

1000 DIAS EM GREVE

Metalúrgicos ocupam fábrica da Avibras em Jacareí



REDAÇÃO



Momento em que os operários ocupam a Avibras

Trabalhadores da Avibras Indústria Aeroespacial ocuparam a fábrica, em Jacareí (SP), na quarta-feira, dia 4. O ato, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, filiado à CSP-Conlutas, marcou os 1.000 dias da greve iniciada em 9 de setembro de 2022 e que ainda permanece em curso.

A ocupação foi uma forma de chamar a atenção para o drama vivido pelos trabalhadores, que estão há 26 meses sem salário, e para o risco da mais importante indústria bélica do país encerrar as atividades. Cerca de 70 trabalhadores participam da ocupação.

“Esses 1.000 dias não foram apenas de greve. Também foram dias de cobranças aos governantes, ocupação da fábrica, caravanas para Brasília, ato em frente ao Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), manifestação na Rodovia dos Tamoios e protesto em frente à casa do dono da Avibras, João Brasil Carvalho Leite”, destaca Weller Gonçalves, militante do PSTU e presidente do Sindicato.

“Durante esse período, o Sindicato organizou a luta. Ao lado dos trabalhadores, exigiu pagamento de direitos e salários, manutenção dos postos de trabalho, estatização da empresa e permanência da tecnologia da Avibras no Brasil, uma vez que a fábrica é estratégica para a soberania”, completa Weller.

O Sindicato reivindica que o plano alternativo à recuperação judicial da Avibras, apresentado pela Brasil Crédito Gestão Fundos de Investimentos, seja homologado.

HOMOLOGAÇÃO

Antes de se pronunciar a respeito da homologação do plano alternativo, o juiz da 2ª Vara Cível de Jacareí Matheus Amstalden Valarini determinou que o Ministério Público, a Administradora Judicial do plano de recuperação judicial da Avibras e todos os credores da fábrica se manifestem. O pedido de homologação foi encaminhado pela Assembleia Geral de Credores da Avibras, ocorrida dia 26 de maio.

UNIÃO IMPÕE CONDIÇÕES

A União, por meio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na Terceira Região, peticionou requerimento, no dia 2, para que a Avibras apresente certidões negativas de débitos fiscais como condição para a homologação do plano alternativo, “sob pena de suspensão do processo

de recuperação judicial, com a imediata retomada de eventuais pedidos de falência”.

O governo federal é um dos credores da Avibras, mas até hoje não tomou qualquer medida que levasse à regularização dos salários dos trabalhadores ou que solucione a severa crise financeira da fábrica.

O Sindicato dos Metalúrgicos apresentou diversos alertas ao governo Lula sobre a atual situação, mas nada foi feito. Ao dificultar a homologação, o governo atrapalha o andamento do processo de retomada da Avibras.

“Essa é uma empresa estratégica para a soberania, mas está sendo tratada com absoluto descaso. Os trabalhadores estão agindo não apenas em defesa dos seus salários e empregos, mas pela continuidade das atividades da fábrica e pela preservação da soberania nacional”, finaliza o presidente do Sindicato.

[CLIQUE AQUI](#)

Confira o vídeo da ocupação

DISTRITO FEDERAL

Em forte greve, professores enfrentam truculência do governador e da Justiça

Os professores da rede pública do Distrito Federal

iniciaram a greve no último dia 2 pelo reajuste de 19,8% e reestruturação da carreira com o objetivo de aumentar o salário base da categoria. Cobra-se, também, ao governador Ibaneis Rocha (MDB) o cumprimento da meta 17, uma das 21 metas elencadas no Plano Distrital de Educação (PDE), sancionado em julho de 2015, que prevê a valorização das e dos profissionais da rede pública de educação, na ativa, aposentadas e aposentados, por meio da equiparação de seus salários à média da remuneração das demais carreiras de servidoras e servidores públicos do DF com nível superior. O texto do PDE estabeleceu um prazo de quatro anos para que essa equiparação fosse efetivada, o que ainda não aconteceu.

INTRANSIGÊNCIA

O governador encerrou o processo de negociação sem atender às demandas apresentadas pelos professores. A saída foi ir à greve.

Para impedir a paralisação, o governador recorreu à Justiça, decidiu aplicar multa de R\$ 1 milhão por dia de greve, além do corte de ponto de quem aderir ao movimento paredista. Mas a greve segue firme e forte. No segundo dia de paralisação, os professores ocuparam a Secretaria de Educação.

“O governo de Ibaneis é marcado pela truculência contra o movimento sindical e pelo descaso com a educação. Hoje, investe-se menos do que o piso constitucional da educação. Em função disso, no início deste ano, teve uma enorme crise nas escolas, porque muitos estudantes ficaram sem vagas ou foram alocados em escolas em outras cidades satélites”, destaca o professor Robson Raymundo, do Coletivo Reviravolta na Educação e

militante do PSTU.

“A greve é uma resposta às condições cada vez mais precárias das escolas, da situação dos contratos temporários, que são mais de metade da categoria e não têm plano de carreira, gratificação e nenhuma estabilidade. Enquanto a educação pública sofre com a falta de verbas, Ibaneis vai garantir R\$ 9 bilhões de isenção fiscal aos grandes empresários”, finaliza Robson. ■



Professores em greve protestam nas ruas de Brasília

Greve dos professores de Salvador completa 30 dias



Prefeito Brunos Reis (União Brasil) não cumpre a Lei do Piso do Magistério

Paralisação começou no dia 6 de maio e tem como reivindicação central o pagamento integral do piso nacional, já que o prefeito Bruno Reis (União Brasil) não cumpre o que determina a lei. De acordo com a APLB-Sindicato, o salário dos professores está defasado em mais de 58%. Além disso, a categoria também reivindica a climatização das escolas, materiais pedagógicos e valorização profissional. O prefeito da capital baiana apresentou no dia 29 de abril um reajuste linear de 4% no salário, proposta rejeitada pela categoria. Depois interrompeu a negociação e impôs uma votação de reajuste salarial na Câmara de Vereadores no dia 22 de maio. A sessão foi marcada por violência e agressão contra os grevistas.

Os vereadores aprovaram um reajuste que varia de 6,27% a 9,25%. Percentual bem distante do que reivindica a categoria e insuficiente para garantir o salário-mínimo conforme a Lei do Piso do

Magistério. O valor de R\$ 4.867,77 foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 31 de janeiro, e fixado como o novo piso nacional do magistério para 2025.

CRIMINALIZAÇÃO DA GREVE

O prefeito vem usando a Justiça para criminalizar a greve. A Justiça que deveria exigir que o prefeito cumpra o que determina a lei, vem exigindo o fim da paralisação e impondo multas ao sindicato.

No início da greve, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) ordenou, em decisão liminar, a suspensão imediata da greve em um prazo de 24 horas. A determinação previu ainda uma multa diária de R\$ 15 mil ao sindicato, caso não fosse cumprida. Mas os professores ignoraram a decisão da Justiça e mantiveram a mobilização.

No dia 22 de maio, quando o reajuste proposto pela prefeitura foi aprovado, a categoria começou a tarde com um protesto em frente ao Centro de Cultura da Câmara de Vereadores de Salvador, na Praça São Tomé de Souza. A categoria não aceitou o reajuste aprovado. O TJ-BA categorizou a greve como ilegal e impôs nova multa diária, dessa vez de R\$ 100 mil, ao sindicato dos professores. Apesar disso, a greve foi mantida.

SOLIDARIEDADE

O PSTU tem expressado total solidariedade à greve dos professores e repudiado as ações arbitrárias da Justiça que tem classificado a greve como ilegal. Ilegal e imoral é o prefeito Bruno Reis que não cumpre o que determina a lei: “A greve continua, Bruno Reis a culpa é tua!”. Pagamento do Piso Nacional do Magistério, já! O PSTU tem

expressado total solidariedade à greve dos professores e repudiado as ações arbitrárias da Justiça que tem classificado a greve como ilegal. Ilegal e imoral é o prefeito Bruno Reis que não cumpre o que determina a lei: “A greve continua, Bruno Reis a culpa é tua!”. Pagamento do Piso Nacional do Magistério, já!

LUTA

Servidores do Tribunal de Justiça da Bahia rejeitam proposta e mantêm a greve

Na manhã da última terça-feira, dia 3, os servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA) realizaram uma caminhada da sede do Tribunal até a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). Em greve desde o dia 12 de maio, a categoria reivindica a imediata votação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV).

Em assembleia realizada no dia 30 de maio, a categoria rejeitou as propostas encaminhadas pelo TJ-BA, entre elas a suspensão do movimento grevista por 60 dias, a inclusão de representantes sindicais na comissão de negociação com o governo estadual e a indicação de assistentes técnicos para acompanhar os ajustes de valores no PCCV.

Após debate, por unanimidade, as propostas foram rejeitadas e aprovada a manutenção da greve por tempo indeterminado. A principal reivindicação continua sendo a votação imediata do PCCV,

aprovado pelo Pleno do TJ-BA desde agosto de 2024 e até hoje sem previsão para ser pautado na Alba.

O presidente do sindicato da categoria (Sinpojud), Manuel Suzart, destacou a importância da mobilização contínua da categoria: *“O Judiciário baiano precisa valorizar seus servidores. Não vamos aceitar manobras que empurrem o PCCV para depois. Nossa luta é legítima e seguirá firme até que o projeto seja aprovado e implementado”*. ■



Grevistas protestam em frente a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba)

“Nossa luta é legítima e seguirá firme até que o projeto seja aprovado e implementado”.

Resgatar Stonewall: independência de classe e luta unificada contra opressão



SECRETARIA NACIONAL LGBTI – PSTU



A Parada LGBTI de São Paulo, a maior do mundo, será realizado no dia 22 de junho | Foto: Divulgação

Junho é o mês da diversidade. A militância do PSTU vai intervir nas Paradas LGBTIs que acontecerão por todo o país. O calendário inicia este mês e segue até o segundo semestre.

Vamos participar das paradas com o objetivo de resgatar o espírito de Stonewall, o caráter de luta que há anos vem sendo abandonado pelas direções do movimento. A partir da Parada de São Paulo, a maior do mundo, vamos construir um campo de oposição de esquerda ao governo Lula e aos governos municipais, estaduais e seus legislativos, sem se confundir com a direita,

articulando a luta por direitos à luta pelo poder da classe trabalhadora, vinculada à estratégia do socialismo.

OFENSIVA CONTRA OS OPRIMIDOS

O agravamento da crise da ordem mundial e a intensificação da disputa interimperialista têm levado a burguesia a aprofundar os ataques contra os setores oprimidos da classe trabalhadora no mundo.

A política de conciliação, inclusão institucional e representatividade promovida nos marcos do neoliberalismo, pelos setores ditos “progressistas”, dá lugar à ascensão de alternativas de ultradireita.

A vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a ofensiva de Viktor Orbán na Hungria, a eleição de Javier Milei na Argentina e o avanço do Chega em Portugal são expressões distintas de um mesmo fenômeno: a tentativa de recompor a dominação capitalista com base na naturalização da barbárie social, na misoginia, no racismo, na LGBTIfobia e na xenofobia.

CRISE ECONÔMICA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

As LGBTIs da classe trabalhadora sofrem com os efeitos da crise econômica, do desemprego, do aumento da fome e da falta de moradia digna. Desde a pandemia, é perceptível que a marginalização e a violência cresceram absurdamente.

Os dados do Atlas da Violência de 2025 não deixam dúvidas sobre a dimensão dessa barbárie social. Somente no Brasil, houve um aumento geral de 1.227% nos registros de violência, passando de

1.157 casos em 2014 para 15.360 em 2023. Sendo que, em relação às travestis, o aumento foi de 2.340%.

Mas os governos não passam ilesos; há resistência. O primeiro grande protesto contra Trump foi protagonizado por mulheres; em Budapeste, milhares desafiaram a repressão de Orbán à realização das Paradas LGBTI+; em Buenos Aires, uma enorme manifestação LGBTI tomou as ruas contra as declarações machistas e reacionárias de Milei.

Essas mobilizações revelam que os setores oprimidos são parte da vanguarda das lutas sociais e que sua pauta se entrelaça com a da maioria trabalhadora.

OFENSIVA NO BRASIL

No Brasil, os ataques se materializam em projetos de lei retrógrados nas Câmaras Municipais, na impunidade da violência cotidiana e em resoluções como a do Conselho Federal de Medicina (CFM), que veda a prescrição de bloqueadores hormonais para crianças trans, a administração de hormônios sexuais para menores de 18 anos e aumenta para 21 anos a idade mínima para cirurgia de redesignação.

No Brasil, em 2023, houve um aumento geral nos registros de violência, de 1.157 casos em 2014 para 15.360

MANUTENÇÃO DOS ATAQUES

A omissão de Lula diante da violência LGBTIfóbica

O governo Lula, embora eleito com apoio massivo dos setores oprimidos contra Bolsonaro, tem mantido uma linha de colaboração de classes e não se enfrenta com a extrema direita.

Lula não apenas se omite diante da violência LGBTIfóbica e dos retrocessos legislativos, como também adota medidas contrárias aos direitos das LGBTI+, como a manutenção do nome morto no novo modelo de RG, o “RG Transfóbico”.

As secretarias criadas para representar os setores oprimidos não têm nenhuma força política ou ações positivas na sociedade, o que ajuda o Brasil a seguir na liderança do ranking de país que mais assassina trans no mundo.

NEGOCIAÇÃO COM A DIREITA

A política tem sido de negociação das pautas dos setores oprimidos com a direita e a reacionária, como ocorreu nos governos anteriores do PT, mas agora combinada com a ausência de qualquer medida paliativa. Há um apagamento total das demandas do movimento e a manutenção dos ataques.

Contudo, as direções do movimento seguem apoiando o governo, alegando impedir os retrocessos da ultradireita. Mas a omissão do governo Lula e sua política de transformar as pautas dos setores oprimidos em moeda de troca fortalecem a ultradireita.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E UNIFICAÇÃO DA LUTA

Nossa tarefa é ir à luta, com independência de classe, frente à crise e aos ataques, com um programa que apresente as reivindicações que liguem a pauta LGBTI+ à luta da classe trabalhadora e ao combate à política econômica e ao Arcabouço Fiscal do governo Lula.

As LGBTIs querem viver e sobreviver: pelo fim da escala 6x1, da violência policial e do genocídio palestino!

Lula, chega de fazer a egípcia: para enfrentar a direita, revogue o RG transfóbico, anule a Resolução 2.427/2025 do CFM e aprove cotas trans, já!

Por um novo Stonewall e ir além: LGBTI+ unificadas com a classe trabalhadora e independência de classe diante de todos os governos e patrões!

Explodir o armário e o capitalismo: por um mundo socialista livre de todas as formas de exploração e opressão! ■



Lula precariza universidades e institutos federais



Faixa do Rebeldia na Bienal da UNE, em Recife (PE)

Com decreto, governo Lula ameaçava entregar as Universidades e os Institutos Federais à precarização e à privatização

No dia 30 de abril, o governo Lula assinou um decreto que estabelece que o Ministério da Educação (MEC) poderá liberar apenas 61% do orçamento de cada universidade e Instituto Federal até novembro, impondo um teto mensal ao repasse de recursos já insuficientes.

Esse corte orçamentário tornaria mais grave a permanência estudantil, dificultaria a manutenção das já precárias estruturas físicas, ampliaria a terceirização de serviços e comprometeria o

desenvolvimento da pesquisa e da extensão. Faltam bolsas de permanência, alimentação e até infraestrutura básica, o que impulsiona uma evasão escolar massiva. Soma-se a isso a carência de servidores efetivos na rede federal, forçando a ampliação da terceirização e contratos precários de trabalho.

Essa política neoliberal faz com que as universidades e instituições federais de ensino se tornem cada vez mais dependentes das emendas de deputados e, pior, dos acordos com o setor privado. Isso fortalece o ensino superior privado, que já concentra cerca de 80% dos alunos matriculados, favorecendo assim os bilionários da educação.

De nada adianta o MEC anunciar campanhas de fortalecimento das redes federais ou a construção de novos campi se o orçamento continua sendo cortado. O Ministério diz que está apenas reorganizando a distribuição do orçamento, mas o verdadeiro motivo é implementar o Arcabouço Fiscal (leia página 7). E isso significa colocar a educação em risco para seguir se comprometendo com os interesses de empresários e banqueiros.

MOBILIZAÇÃO

Derrotar os cortes e a precarização da educação

A educação, pesquisa e a ciência estão em risco. Não há verba suficiente. Hoje as universidades e institutos têm menos orçamento do que durante o governo Temer e o Bolsonaro antes da pandemia,

um verdadeiro absurdo que demonstra o projeto do governo e coloca a luta pela recomposição orçamentária como fundamental.

Não é novidade que os projetos dos governos do PT desmontam a educação pública. Foi durante os governos petistas que os tubarões do ensino, as grandes empresas da educação, começaram a se tornar os donos do ensino superior, através de projetos como o Fies e Prouni. Mais recentemente, o governo também abriu espaço para que as empresas se tornem donas da educação básica, com o Novo Ensino Médio.

BILIONÁRIO NO MEC

O maior símbolo desse processo de favorecimento da iniciativa privada é a presença de Jorge Paulo Lemann, que até ontem era a pessoa mais rica do Brasil, no Ministério da Educação. Estão adaptando a educação para o novo mundo, que é o da reforma trabalhista, uberização e precarização do trabalho.

Diante desse ataque, foi muito importante a união dos trabalhadores e estudantes das universidades e instituições federais contra os cortes na educação no dia 29 de maio, um dia de luta que setores ligados à direção majoritária da UNE não construíram com todas as forças. O governo recuou e devolveu o orçamento que seria cortado. Mas isso não deixa as universidades e institutos em uma situação mais tranquila. Mantém a rota de sua precarização, fortalecendo cada vez mais a extrema direita e a destruição da educação pública.

Para lutar por recomposição e mais orçamento, é necessário organizar assembleias e mobilizações por todo o país, exigindo a liberação total dos recursos e o fim dos cortes.

CAMPANHA

Fora Lemann e os bilionários do MEC

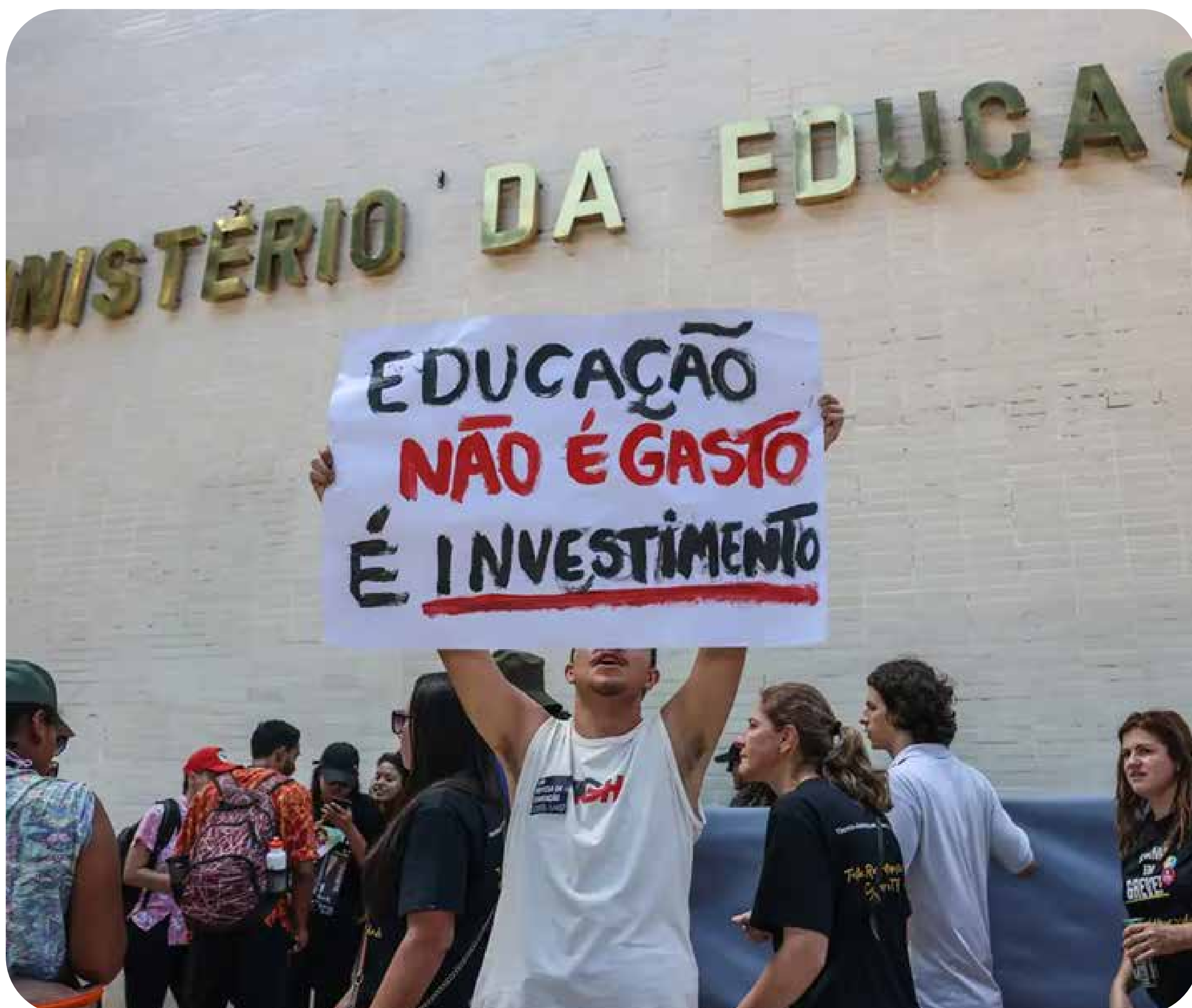
O Rebeldia está organizando várias caravanas para o congresso da UNE (Conune), que será realizado de 16 a 20 de julho, em Goiânia (GO). Vamos para o Conune para enfrentar o projeto de país e de educação do governo Lula, que tem o apoio da maioria da UNE (formada pelas correntes UJS, JPL, PT e Levante).

Os setores da maioria da UNE não têm independência de classe em relação ao governo Lula e sua posição em relação ao arcabouço fiscal foi de silêncio ou de aprovação. E como não têm independência, não podem levar até o fim seu enfrentamento com o governo e ficam a reboque do projeto de destruição da educação pública. Posição fortalecida com o aval da Juventude Sem Medo na maioria da UNE.

Essa posição da maioria leva as universidades e institutos a mais precarização e privatização e fortalece a extrema direita. Nós do Rebeldia defendemos que, para garantir investimentos nas universidades e institutos federais, valorizar os trabalhadores e impedir a privatização do ensino público, é preciso derrotar o arcabouço fiscal de Lula.

E isso só será possível com a organização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações, enfrentando o capital e a política econômica do governo. Por isso, torna-se indispensável a existência de uma oposição de esquerda e socialista ao governo Lula e aos demais governos.

Somente assim será possível abrir caminho para superar o sistema capitalista — onde a riqueza serve ao lucro de uma minoria — e construir uma sociedade verdadeiramente justa. Uma sociedade socialista, que assegure não apenas uma educação pública, de qualidade e voltada ao progresso científico, cultural e tecnológico do país, mas também uma vida digna e humana para todos e todas. Só assim poderemos superar essa extrema direita e ter um projeto de educação para a classe trabalhadora. ■



Manifestação dos estudantes na Esplanada dos Ministérios, em Brasília | Foto: Jose Cruz/ Agência Brasil

29 anos de uma imprensa operária, de esquerda, socialista e revolucionária!



REDAÇÃO



Operários da construção civil de Fortaleza com a edição impressa do Opinião Socialista

Neste dia 31 de maio, o jornal Opinião Socialista, órgão oficial do PSTU, completa 29 anos de existência. Ao longo dessas quase três décadas, foram 693 edições que atravessaram diferentes momentos da história recente do país. Sempre se firmando de forma clara como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa.

Durante esses anos, o Opinião adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes. Acompanhou momentos decisivos, como a luta contra as privatizações do governo FHC. Criticou a guinada à direita do PT no

período dos mandatos do governo do PSDB. Analisou o desgaste das políticas neoliberais no mundo e o surgimento de uma onda revolucionária que derrubou sucessivos governos na América Latina.

Momentos antes do PT chegar à presidência do Brasil, advertiu que, mantendo-se a política econômica a favor dos grandes capitalistas, nada mudaria. E durante os mandatos do PT, no nosso passado e na atualidade, foi uma das poucas vozes que se declarou “oposição de esquerda”, numa conjuntura em que a quase totalidade da esquerda brasileira passou de malas e bagagens para o outro lado.

É uma voz firme e forte contra a extrema direita do Brasil e do mundo.

Temos sido porta-vozes da luta da resistência do povo palestino e ucraniano. Somos uma imprensa internacionalista! Nosso compromisso é com a classe trabalhadora mundial e com o socialismo!

UM JORNAL LENINISTA

A longevidade do Opinião Socialista se deve à reafirmação constante de seu caráter leninista: ou seja, o jornal enquanto órgão central para o partido, que tenha tanto a função de um “organizador coletivo”, como de um “propagandista” e “agitador” político. E isso submetido a uma estratégia: a construção de um partido revolucionário e a revolução socialista.

E é por isso que o jornal do PSTU se mantém ativo enquanto várias organizações que, até pouco

tempo atrás, reivindicavam uma estratégia socialista, simplesmente abandonaram seus periódicos. Abandonaram, na verdade, qualquer perspectiva de mudança radical da sociedade, para investir, na maioria das vezes, numa estratégia meramente eleitoral.

UMA HISTÓRIA MUITO MAIOR

Comemoramos agora os 29 anos de Opinião Socialista, mas o atual jornal do PSTU é devedor de uma tradição muito anterior. Pode-se dizer que a história da imprensa do partido se confunde com a trajetória da própria organização no país. Seguindo a linha do tempo do PSTU e do Opinião Socialista, ~~chegamos ao ano de 1974, com a corrente Liga~~ Operária e seu jornal Independência Operária.

Ainda sob o regime militar, reproduzido por mimeógrafo, sua distribuição era completamente clandestina. No final dos anos 1970, o lendário jornal Versus vai substituir o Independência Operária, refletindo toda a efervescência do movimento operário do ABC Paulista.

Nos anos 1980, com a formação da Convergência Socialista (CS) e sua inserção no movimento que culminaria na formação do PT, o partido passa a publicar seu jornal homônimo. Foi o Jornal da Convergência Socialista o responsável por acompanhar aquela turbulenta década e travar duros debates com a esquerda, na época fundamentalmente aglutinada no Partido dos Trabalhadores.

Com a expulsão da CS do PT e a fundação do PSTU, o partido passa a publicar o Jornal do PSTU, que dura de 1994 a 1996. Após uma consulta com a

militância e os leitores, o jornal adota finalmente o nome Opinião Socialista, que o acompanha até hoje.■

[CLIQUE AQUI](#)

Contribua com o Opinião Socialista



Venda do jornal aos operários em São José dos Campos (SP)